

Senado deve mudar a nova lei do INSS

ACM: projeto do fator previdenciário será melhorado, mesmo que tenha de voltar à Câmara

Maria Lima

• BRASÍLIA. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que a tramitação do projeto que cria o fator previdenciário, aprovado na Câmara, poderá ser retardada por causa de modificações que o Senado deverá fazer. Ele lembrou que nesse período pode sair um entendimento sobre a Previdência com os governadores chamados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para discutir o assunto.

Se o projeto for alterado, te-

rá de retornar para nova apreciação pelos deputados. Pelas regras aprovadas na Câmara, para se aposentar os trabalhadores do setor privado têm de contribuir por 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).

— O projeto pode ser melhorado aqui. Mesmo que tarde a aprovação e tenha de voltar à Câmara — disse.

Antônio Carlos se recusou a dizer que tipo de mudança pretende propor. Quer manter o fator surpresa. O líder do Governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), no entanto, disse que espera ver o

projeto aprovado o mais rapidamente possível.

— A Câmara já debateu a proposta o suficiente — disse.

O relator será o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Antônio Carlos criticou o comportamento do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Velloso, por discutir pelos jornais e TVs problemas que estão em julgamento no Supremo. Segundo Antônio Carlos, Velloso estaria assumindo uma postura política não compatível com sua função de magistrado.

— Os ministros nunca de-

ram opinião na imprensa. Sempre julgaram com base nos autos. Hoje debatem assuntos em julgamento como se fossem políticos e até mesmo advogados. Um juiz do Supremo, um homem tão importante, não deveria opinar sobre qualquer assunto. O ministro Velloso, por exemplo, foi muito infeliz ao mostrar seu contracheque, dizendo que precisava de aumento, que teria de devolver um carro comprado a prestação — observou.

Antônio Carlos ironizou a declaração do ministro de que o Judiciário não foi tão ataca-

do como agora nem na época do regime militar.

— Ele é oriundo de lá... Eu não sou, porque já estava lá.

O relatório da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) sobre a reforma do Judiciário também deve ser modificado. Antônio Carlos disse que o relatório é muito ruim, e que se não for modificado na votação da Câmara, certamente será quando chegar ao Senado. Ele não concorda com a não-inclusão da súmula vinculante, a eleição direta para os tribunais superiores e a manutenção da Justiça trabalhista. ■